



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
Gabinete do Procurador-Geral da República

ESCLARECIMENTO

Na entrevista dada à revista “Visão” (18.02.2010), afirmei que: “É também importante dizer que o chamado caso das escutas no processo “Face Oculta” é, neste momento, meramente político. Pretende-se conseguir determinados fins políticos utilizando para tal processos judiciais e as instituições competentes. É velho o esquema. Como facilmente se constata na Procuradoria-Geral da República, poucos políticos relevantes “escaparam” a esta armadilha política”.

A afirmação suscitou interrogações por parte de alguns magistrados do Ministério Público.

Para que dúvidas não subsistam, esclarece-se o seguinte:

1º - Desde o “25 de Abril” (para não recuar mais no tempo) têm existido em Portugal variadíssimos “julgamentos públicos”, alimentados pela Comunicação Social, referentes a políticos relevantes de todos os quadrantes ideológicos, vindo na maior parte dos casos a provar-se a inexistência de ilícito penal que justificasse essa corrente de opinião o que, inevitavelmente, causou danos aos políticos em causa;

2º - No caso das escutas efectuadas no chamado processo “Face Oculta”, a questão, que começou por ser jurídica, é neste momento meramente política, como já foi reconhecido pela grande maioria dos cidadãos, designadamente por líderes partidários;

3º - Nada disto tem a ver com os magistrados que investigam o processo;

4º - Como já foi repetidamente afirmado, o Procurador-Geral da República tem inteira confiança nos magistrados em causa, que se limitaram a cumprir os deveres que o cargo lhes impõe;

5º - A existência de recursos, reclamações ou apreciações hierárquicas, que alteram decisões de instâncias inferiores, é exigência dos Estados de Direito, como todos os juristas sabem;

6º - As divergências sobre o enquadramento jurídico dos factos entre o Procurador-Geral da República e o Senhor Procurador Coordenador do DIAP de Aveiro, foram assumidas de harmonia com as leis vigentes;

7º - Espera-se que a investigação no processo “Face Oculta” continue a ser feita com grande eficiência, já que o combate à corrupção é fundamental para a defesa do Estado de Direito.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2010

O Procurador-Geral da República
(Fernando José Matos Pinto Monteiro)